



LIMITAÇÕES NA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO AGRONEGÓCIO DO OESTE BAIANO

Recebido: 06/02/2015

Aprovado: 12/03/2015

¹Joana Roberta Neiva de Souza Ramos

²Florisvalda da Silva Santos

³Prudente Pereira de Almeida Neto

RESUMO

O presente estudo analisou as limitações de atuação responsável das associações do segmento de agronegócio do oeste da Bahia frente às problemáticas que afetam a região em suas dimensões social, ambiental e econômica. É um estudo de casos múltiplos, de natureza qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, em que foram analisadas as limitações da atuação responsável de cada associação a partir do contraponto entre o que se tem realizado no campo das ações/ projetos, levantados por meio de entrevista semiestruturada com os gestores das associações e pesquisa documental, e os principais problemas que afetam a região em suas dimensões, identificados a partir da aplicação de questionários a agentes sociais e pesquisa documental. Os resultados evidenciam que nenhuma associação tem iniciativas que atendam aos problemas de todas as dimensões analisadas, nem as iniciativas identificadas atendem integralmente a nenhuma área de qualquer uma dessas dimensões. O conjunto das limitações em torno da atuação responsável das organizações está condicionado à forma de desenvolvimento que tem subsidiado o desempenho expressivo do setor e promovido a proliferação de uma gama de problemas socioambientais que revelam a não sustentabilidade da região ao longo do tempo.

Palavras-chave: agronegócio, cidadania, desenvolvimento, administração, sustentabilidade.

¹ Mestre pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, Brasil
Professora pela Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB
E-mail: joana@fasb.edu.br

² Doutora pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, Brasil
Professora pela Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB
E-mail: flvsantos@ufsb.edu.br

³ Doutor pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, Brasil
Professor pela Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB
E-mail: prudente@ufob.edu.br



LIMITATIONS ON ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY IN THE WESTERN BAHIA AGROBUSINESS

ABSTRACT

The present study examined the limitations on the role of associations responsible for the agribusiness segment in Western Bahia as regards issues that affect the region in their social, environmental and economic dimensions. It was a multiple-case, qualitative, descriptive and exploratory study, in which the limitations of responsible performance of each association were analyzed from the contrast between what has been done in the field of actions/projects, raised through interviews with managers of associations and documentary research, and the major issues affecting the region in its dimensions, identified from the questionnaires to social workers and documentary research. The

results show that none of these associations have any initiative to address the problems of all dimensions examined, and none of the identified initiatives cater fully to any area of any of these dimensions. It appears also that the set of limitations around the responsible performance of organizations is subject to the form of development that has subsidized expressive performance of the sector and allowed for the proliferation of a range of social and environmental problems that reveal the unsustainability of the region over time.

Key words: Citizenship; Development; Administration; Sustainability.

LIMITACIONES DE RESPONSABILIDAD SOCIAL Y AMBIENTAL EN AGRO NEGOCIOS DEL OESTE BAIANO

RESUMEN

Este estudio analiza las limitaciones a la acción responsable de las asociaciones del segmento de agro negocios en el Oeste de Bahia en comparación con los problemas que afectan a la región en su dimensión social, ambiental y económica. Es un estudio de caso múltiple, cualitativo, descriptivo y exploratorio, en el que se analiza las limitaciones de la actuación responsable de cada asociación del contraste entre lo que se ha hecho en el campo de las acciones / proyectos, se levantó a través de entrevistas semi - estructuradas con los responsables de las asociaciones y la investigación documental, y los principales problemas que afectan a la región en sus dimensiones, identificados a partir de los cuestionarios a los

agentes sociales y la investigación documental. Los resultados muestran que ninguna asociación tiene iniciativas para abordar los problemas de todas las dimensiones analizadas, y ninguna de las iniciativas identificadas responde plenamente a cualquier área de cualquiera de estas dimensiones. El conjunto de restricciones de todo el desempeño responsable de las organizaciones está sujeto a la forma de desarrollo que ha subvencionado la interpretación expresiva del sector y promovido la proliferación de una serie de problemas ambientales que revelan la insostenibilidad de la región a través del tiempo.

Palabras clave: Ciudadanía; Desarrollo; Administración; Sostenibilidad.



1 INTRODUÇÃO

A responsabilidade social das organizações, por longo tempo baseada no discurso econômico e filantrópico, ressurgiu em um contexto em que a atenção mundial se volta ao agravamento das disparidades sociais e, sobretudo, ao reconhecimento da fragilidade ambiental, representada pela limitação dos recursos naturais. Atendendo a uma expectativa da sociedade contemporânea, a abordagem de responsabilidade socioambiental (RSA) da organização retira a soberania da dimensão econômica de atuação para agregar outras dimensões estruturais de igual importância: social, ambiental, cultural, jurídica e política (Ashley, 2005).

Apesar do crescente interesse contemporâneo em debater RSA, a postura das organizações nas quais se baseia o desenvolvimento regional do Oeste baiano, que tem a agricultura como principal atividade econômica, não é conhecida. Ao mesmo tempo em que o setor do agronegócio trouxe uma nova configuração à atividade no campo, como um ambiente rentável, trouxe também à tona uma gama de problemas de dimensão socioambiental que ultrapassam o espaço rural, afetando na mesma medida a área urbana e gerando questionamentos relacionados à sua sustentabilidade (Santos, 2008). O segmento do agronegócio, além de atuar diretamente no meio ambiente, utilizando recursos naturais, tem demonstrado um crescimento expressivo no mercado brasileiro e mundial, o que o coloca na mira das especulações do posicionamento que tem em relação à RSA (Aligreri, Aligreri, & Kruglianskas, 2009).

O Oeste baiano, com área de aproximadamente 160.000 km², corresponde a cerca de 30% de todo o território baiano, abrangendo 39 municípios. Em apenas duas décadas (1980 e 1990) ocupou a primeira posição no *ranking* da agricultura estadual, detendo o monopólio da produção de soja no estado e se afirmando como a principal região produtora de algodão do Brasil (BACEN, 2012).

Contudo, é possível verificar que o modelo de desenvolvimento adotado para subsidiar a introdução do agronegócio, que faz dos municípios do Oeste da Bahia os maiores produtores de renda agrícola no estado, não reflete os mesmos ganhos em termos de desenvolvimento humano. Um exemplo é São Desidério, principal município produtor de algodão do país (AIBA, 2012), com a maior receita agrícola do estado (R\$ 1,07 bi em 2010), que tem índice de desenvolvimento social de 5.009,86, ocupando apenas a 137ª posição em relação aos demais municípios baianos (SEI, 2009).

O polo econômico do Oeste baiano, conforme Santos (2008), é constantemente relacionado a uma segregação entre classes sociais, demonstrando a exclusão social instalada, agravada com a ocupação desordenada do território sem quaisquer medidas públicas para reduzir os impactos socioeconômicos.

Ademais, uma infinidade de invenções tecnológicas incorporadas para tornar a atividade agrícola mais produtiva incorreu paralelamente em uma série de agressividades aos recursos naturais locais. Conseqüentemente, o agronegócio é considerado um dos principais agravantes e também causadores de problemas que se tornaram expressivos e “comuns”, marcando a paisagem regional e tornando-a, por conseguinte, palco de injustiças sociais e irregularidades ambientais. Assim, as organizações que compõem o segmento, pela sua forma de atuação, também são responsáveis pelo atual cenário.

Neste contexto em que se faz urgente a mudança de postura dos gestores do agronegócio com relação à atuação socioambiental, considerando que um passo importante para a construção de um modelo de RSA em bases sustentáveis perpassa pelo diagnóstico do que tem sido feito, o presente artigo identificou e analisou as limitações quanto à atuação responsável das associações do segmento do agronegócio do Oeste da Bahia frente às problemáticas que afetam a região em suas dimensões social, ambiental e econômica.

2 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O termo responsabilidade tem um longo histórico originado a partir das discussões políticas e filosóficas sobre a ética e a moral nas civilizações clássicas. No entanto, na condição de prática corporativa, o primeiro movimento desenvolveu-se no início do século XX, estendendo-se pelas cinco décadas que se seguiram (Tenório, 2006). Nesse período, a atuação responsável no âmbito empresarial restringia-se à “[...] maximização do lucro, geração de emprego e pagamento de impostos” (Tenório, 2006, p. 14-15).

De acordo com Kreitlon (2012), os gestores não eram preparados para tratar de problemas sociais, os quais deveriam interessar exclusivamente ao poder público e ao próprio indivíduo. De acordo com a autora, essa responsabilidade social limitada reflete bem os preceitos neoliberais expoentes até meados do século XX, com enaltecimento ao individualismo, defendido por Milton Friedman (1912-2006).



Dois acontecimentos econômicos nos Estados Unidos neste período: a Grande Depressão (1929) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) impactaram fortemente a postura das empresas a partir da segunda metade do século XX, desestruturando o estado de passividade que caracterizava responsabilidade social empresarial (Ashley, 2005; Tenório, 2006). Tais acontecimentos implicaram em um reposicionamento das empresas ante as questões que ocorriam no âmbito social. Além disso, o sindicato se tornava uma instituição cada vez mais organizada e atuante nas relações trabalhistas. Segundo Ashley (2005), uma nova ideia de responsabilidade que serviu de base para o atual debate da questão começaria a ser construída a partir da década de 1960, mas não avançou nas discussões sobre a questão ambiental, como ocorria em relação à social.

A propagação da temática de RSA no âmbito da academia e de outros polos de discussão ganhou ênfase e impulso com a emergência da questão ambiental, a partir da década de 1970, quando a problemática socioambiental passou a questionar as consequências cada vez mais visíveis do modelo de desenvolvimento econômico ocidental. As discussões sobre desenvolvimento sustentável, conceito apresentado ao mundo no relatório elaborado e publicado em 1987 pela Comissão Brundtland (Nosso Futuro Comum), como sendo o desenvolvimento “[...] que responde às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas necessidades” (Goldstein, 2007, p. 54), passaram a ser constantes em nível mundial, confirmando na década de 1990 a impossibilidade de pensar o bem-estar social sem o bem-estar ambiental e vice-versa.

Impulsionadas pela nova ideia de desenvolvimento, novas definições de responsabilidade empresarial passaram a orientar a atuação das empresas para a produção de “[...] resultados positivos e verificáveis não apenas na esfera econômica, mas ainda nas esferas ambiental e social, tendo em vista que também aí elas agregam ou destroem valor dado o impacto causado por suas atividades [...]” (Kreitlon, 2012, p. 274). Não por acaso, *stakeholders* tornou-se um dos termos mais empregados em conceitos de RSA atualmente (Dahlsrud, 2006).

Para Carroll (1991), a introdução da noção de *stakeholders*, definido por Igor Ansoff em 1965 como grupos de interesse da organização capazes de influenciar e ser influenciados por ela, na gestão responsável da organização se constituiu em um auxílio para os gestores, que anteriormente contavam apenas com os acionistas (*shareholders*) para definir prioridades nos benefícios gerados por suas ações à sociedade. Incluem-se nesse rol

empregados, fornecedores, clientes, consumidores, colaboradores, investidores, competidores, governos e comunidade.

Pinto, Lemos, Rocha & Ferreira (2010) dizem que direcionar a atuação da empresa para os *stakeholders* implica em não confundir RSA com a prática filantrópica, que segundo eles é assistencialista, pontual e pode trazer perigo para os negócios, pois “uma empresa pode ter práticas benéficas para a comunidade, mas ser péssima no relacionamento com seus empregados e acionistas, por exemplo” (Pinto, Lemos, Rocha & Ferreira, 2010, p. 78). Nessa perspectiva, Tenório (2006) também afirma que a ação filantrópica não deve ser confundida com a RSA e, menos ainda, eliminar a atuação responsável da organização na sociedade como um todo.

Há um consenso entre vários estudiosos da temática, dentre os quais Ashley (2005), Tenório (2006), Dias (2012) e Pinto et al. (2010), de que as discussões sobre desenvolvimento sustentável e *stakeholders* direcionaram a ideia de atuação responsável para a necessidade de estabelecer um diálogo contínuo entre a organização e todos os grupos sociais, internos e externos, envolvidos com suas atividades, isto é, com a comunidade local como um todo.

Nota-se que o conceito de RSA vai sendo construído, historicamente, a partir da relação empresa-sociedade, ficando explícito o deslocamento de uma visão limitada da temática, até meados de 1950, para uma visão amplificada, multidimensional, complexa e integradora. A teoria revela que a atuação responsável das organizações frente às atuais demandas vai além do cumprimento de obrigações legais e diferencia-se de quaisquer ações assistencialistas, que têm prazo determinado de existência. Confundi-las implicaria em desconsiderar a relevância da interação entre a organização e a sociedade complexa.

3 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL SOB O ENFOQUE DAS DIMENSÕES ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

A complexa sociedade emerge como o principal vetor de ações da organização na nova era. Para Goldstein (2007), a prática da RSA pela organização perpassa pelo reconhecimento da sociedade como integrante do ambiente complexo, composto por diversas dimensões em um cenário em que as organizações passam a ser cobradas por sua capacidade de reorientar suas ações para um diálogo com o ambiente em que se localiza e suas necessidades, conciliando-as com seus objetivos. Nessa relação organização e sociedade, Pinto et al. (2010, p. 78) afirmam que a RSA deve ser vista pelos gestores como um elemento de



direcionamento estratégico, pautado na ética que possa “[...] garantir – em longo prazo e de forma sustentada – recursos indispensáveis à sobrevivência da organização, reduzindo assim as incertezas advindas do ambiente no qual a organização está inserida”.

Ashley (2005), Dahlsrud (2006), Goldstein (2007) e Pinto et al. (2010) concordam com a ideia de que a RSA deve resultar na conciliação da gestão dos negócios com a corresponsabilidade e parceria da organização para o desenvolvimento do seu entorno, sendo o olhar para as dimensões social e ambiental, além da econômica, fundamental. Essas três dimensões, conhecidas no âmbito internacional como *triple bottom line* da sustentabilidade do negócio, estão no cerne de uma responsabilidade corporativa, que se estende do interior da organização para todo o entorno complexo que a rodeia, sendo refletida nas várias demandas do local em que desenvolve suas atividades (Ashley, 2005; Uddin, Hassan & Tarique, 2008).

Uddin, Hassan & Tarique (2008) afirmam que a dimensão econômica engloba variáveis que vão além da questão financeira. Olhar para ela sob a ótica da sustentabilidade significa “[...] considerar os impactos econômicos, diretos e indiretos, que as operações da organização têm sobre a comunidade envolvida por ela e sobre as suas partes interessadas” (p. 204). Geração e distribuição de renda, criação de postos de trabalho, investimento em tecnologia e desenvolvimento, garantia de qualidade dos produtos e preços justos são exemplos de algumas das práticas avaliadas nessa dimensão (Dias, 2012).

A dimensão social é a que mais aparece nos conceitos de RSA desde a década de 1980 (Dahlsrud, 2006). A responsabilidade corporativa orientada para o social requer que a organização se veja como responsável pelos impactos sobre as relações sociais, direta e indiretamente. Nesse sentido, Uddin, Hassan & Tarique (2008) dizem que as decisões administrativas devem sempre visar o bem-estar da sociedade, o que, por extensão, implica no bem-estar da organização. As iniciativas que contemplem clientes, colaboradores (funcionários e fornecedores) e comunidades representam a dimensão social da RSA, como as ligadas a saúde, segurança, qualificação e respeito aos direitos humanos.

A intensa responsabilização das organizações como importantes causadoras de impactos ambientais preocupantes nas últimas quatro décadas faz com que a gestão orientada para a dimensão ambiental seja hoje um dos pilares da atuação responsável das organizações (Aligreri, Aligreri, & Kruglianskas, 2009). A dimensão ambiental, segundo Uddin, Hassan & Tarique

(2008), exige que a organização reconheça a amplitude dos impactos ecológicos causados pelo seu negócio e, a partir disso, determine uma gestão que inclua medidas com enfoque na eficiência dos processos a partir do uso racional dos recursos, em uma produção mais limpa e no diálogo com as partes interessadas na empresa.

No amplo leque de segmentos empresariais que, com maior frequência, são alvos de especulações em relação aos seus posicionamentos de RSA, em suas dimensões econômica, social e ambiental, encontram-se aqueles que têm como base produtiva um contato permanente com recursos naturais. O segmento do agronegócio, nesse caso, destaca-se não só por atuar diretamente no meio ambiente e utilizar recursos naturais mas, principalmente, pelo seu crescimento no mercado brasileiro e mundial (Aligreri, Aligreri, & Kruglianskas, 2009).

Pesquisas como as de Carvalho, Vian & Braun (2011), que avaliaram a inserção da RSA no setor sucroalcooleiro brasileiro, de Taderka, Riedner & Bertolini (2013), que estudaram a RSA a partir das empresas agroindustriais com os seus fornecedores e de Pinto et al. (2010), que analisou a percepção de empresários do setor do agronegócio sobre a RSA, revelaram que as iniciativas responsáveis adotadas por empresas do setor têm contribuído sobremaneira para manutenção do saldo positivo da balança comercial do país (BACEN, 2012) e estão distribuídas nas três dimensões. Contudo, a maior parte delas não vão além de ações pontuais e questões cruciais das dimensões social e ambiental. A exemplo disso, Pinto et al. (2010, p. 92), verificaram, em empresas do agronegócio:

[...] no geral, as empresas participantes demonstraram desinteresse em relação a questões ambientais [...]. Os resultados apontaram, em nível geral, pouco interesse para questões de inclusão social (comunidade) [...]. As ações para combater o analfabetismo do público interno foram baixas, a pesquisa retornou que somente 14% se preocupam com o público interno [...].

O construto do conceito de RSA não define um modelo de desempenho responsável ideal, mas sim direciona para que se reconheça a necessidade de adoção de processos e ações que auxiliem a organização a gerir os impactos sociais, ambientais e econômicos do negócio (Dahlsrud, 2006), e a adoção de políticas e práticas de RSA torna-se vital no espaço corporativo, que cobra uma nova forma de relação organização-sociedade. Partindo disso, a organização deve, portanto, estar atenta às suas responsabilidades econômicas, sociais e ambientais (Ashley, 2005; Uddin, Hassan & Tarique, 2008; Dias, 2012).



4 MÉTODO DE PESQUISA

O presente estudo caracterizou-se como uma pesquisa de análise reflexiva, com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Destina-se a conhecer a complexa atuação responsável do agronegócio no Oeste baiano, resultante da interação entre organizações e diferentes dimensões da sociedade, descrevendo-a com maior profundidade. A clarificação dessa atuação permite construir questões relevantes para a condução da pesquisa, a partir da comparação entre dados e da inter-relação entre os fatos e o objeto de estudo (Collis & Hussey, 2005).

Em se tratando da tipologia, realizou-se um estudo de casos múltiplos que, segundo Yin

(2005), é considerado adequado quando se busca avaliar de forma intensiva casos pouco explorados, centrados nas questões “como” e “por quê”, e, assim, explicá-los de forma abrangente e detalhada, a partir das suas circunstâncias e das características dos fenômenos que os compõem. O estudo de casos múltiplos é uma estratégia de investigação que procura analisar em profundidade o funcionamento de um grupo de objetos, indivíduos ou fenômenos organizacionais e sociais contemporâneos (Collis & Hussey, 2005). Nesses termos, compuseram os casos desta pesquisa quatro organizações representantes do segmento do agronegócio na região Oeste da Bahia, apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Associações do agronegócio da região Oeste da Bahia selecionadas para a pesquisa

Associações	Associados		Ano de instituição	Ações institucionais
	Classe	Nº		
Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA)	Irrigante e não-irrigantes	Mais de 1.300 associados	1990	<ul style="list-style-type: none">• Realização de cursos, palestras, treinamentos• Prestação de serviços por profissionais• Investimento em tecnologia e pesquisas• Participação em vários comitês e órgãos• Assessoria jurídica
Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA)	Algodão	Em torno de 170 associados	2000	
Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia (ACRIOESTE)	Bovino	Em torno de 120 associados	1994	
Associação do Comércio de Insumos Agrícolas (ACIAGRI)	Insumos agrícolas	Mais de 55 associados	2003	

Fonte: Elaboração própria.

Com a finalidade de analisar as limitações das ações e projetos de RSA frente às principais demandas da região, nas dimensões ambiental, social e econômica, fenômeno ainda não estudado, a escolha das unidades de estudo considerou as organizações associativas que representassem diferentes segmentos do setor agropecuário e que possuísem alguma iniciativa de RSA, implementada ou em fase de implementação, critério este que corrobora Yin (2005, p. 28), que afirma que nesse tipo de estudo “a seleção dos casos deve seguir uma replicação em vez de uma lógica de amostragem”.

O diagnóstico sobre as limitações das ações e práticas sustentáveis adotadas por essas associações frente às demandas da região foi realizado a partir de pesquisa exploratória documental e de campo, com uso de entrevista e questionário. O emprego de diferentes formas de coleta de dados consiste em triangulação, uma vez que busca múltiplas fontes de evidências que garantam maior consistência e credibilidade aos resultados de um estudo de casos múltiplos (Yin, 2005).

Inicialmente, foram levantadas informações que auxiliaram na caracterização das associações estudadas e na descrição de seus modelos de RSA a partir dos projetos e/ou ações socioambientais desenvolvidas. Foram utilizados documentos institucionais, como atas, anuários, informativos e jornais, e não institucionais, como jornais impressos e eletrônicos, além de entrevistas semiestruturadas com um gestor de cada associação.

Em seguida, realizou-se a averiguação das principais problemáticas que afetam o Oeste baiano, em suas três dimensões: social, ambiental e econômica. Para cada uma delas, foram abordadas áreas específicas, a fim de estabelecer os limites da pesquisa. Na dimensão social, as áreas foram saúde, educação, habitação e segurança. Na dimensão ambiental, uso dos recursos naturais, biodiversidade da flora e fauna, práticas e técnicas de destino dos resíduos como objetos de estudo. Emprego, geração de renda, distribuição da riqueza e desenvolvimento e acesso à tecnologia compuseram a dimensão econômica. Nessa etapa foi diagnosticada a gravidade dos problemas apontados



pelos entrevistados, os locais mais atingidos e qual a participação do setor do agronegócio em sua formação e/ou manutenção. Para isso, adotou-se como técnicas de coleta a pesquisa documental, com o levantamento de documentos que possuíam o conteúdo relacionado exclusivamente à região Oeste da Bahia. Foram utilizados como fonte da pesquisa documentos referenciais contendo informações sobre os principais problemas no período de 1990 até 2013. O levantamento foi realizado por meio de consultas a arquivos da Universidade Federal da Bahia – no *campus* Edgard Santos, em Barreiras – de instituições de governo e da sociedade civil localizadas na região e por meio de buscas em quatro *websites* de pesquisa: Yahoo, Google; Google Acadêmico e Scielo.

Os documentos selecionados foram: Programa de Desenvolvimento Regional

Sustentável (SEPLANTEC, 1997); Documento Referencial do Polo de Desenvolvimento Integrado Oeste Baiano (BNB, 2001); Elaboração do Macrozoneamento Agroecológico do Oeste Baiano, Relatório Final (DERBA, 2005); Projeto Oeste – Proteção das águas nas sub-bacias hidrográficas do rio Grande, do rio Corrente e a margem esquerda do rio Carinhanha, Tomo I Barreiras/BA Documento Diagnóstico (INGA, 2010); Diálogos Territoriais: construindo a Bahia com a voz de todos, Território Bacia do Rio Grande (SEPLAN, 2013). Além disso, essa etapa da pesquisa também contou com a participação de diferentes agentes sociais com trabalhos que contemplam as dimensões analisadas, apresentados no Quadro 2. As informações foram coletadas por meio de questionário específico para cada dimensão analisada, com perguntas respaldando cada uma das variáveis selecionadas.

Quadro 2 – Universo de pesquisa dos agentes sociais do Oeste da Bahia distribuídos por dimensões

Dimensão	Natureza	Instituições	Agentes entrevistados (Cargo)
Ambiental	Associação civil sem fins lucrativos	Agência 10senvolvimento	Coordenador de meio ambiente
	Instituição pública	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	Analista ambiental
		Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA)	Analista ambiental
	Organização não governamental	The Nature Conservancy (TNC)	Analista ambiental
Econômico	Associação civil sem fins lucrativos	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa/Bahia (SEBRAE)	Gerente da unidade regional
	Instituição pública	Banco do Nordeste	Gerente de linhas de crédito
		Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Analista
		Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A (Desenbahia)	Gerente de unidade
		Secretaria Municipal do Planejamento de Barreira	Engenheiro agrônomo
Social	Associação civil sem fins lucrativos	Agência 10senvolvimento	Coordenador geral
		SEBRAE	Gerente da unidade regional
	Instituição pública	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Gestor cultural
		Diretoria Regional da Educação (Bahia)	Diretor geral
		Hospital do Oeste	Enfermeira
		IBGE	Analista
	Empresa privada	Estrela Guia Segurança Privada Ltda.	Supervisor dos vigilantes
		Jornal do São Francisco	Jornalista

Fonte: Elaboração própria.

Como se trata de uma pesquisa de caráter qualitativo, foi utilizada a análise de conteúdo, conceituada por Collis e Hussey (2005) como um

processo que permite manipular e compreender discursos expressos de diferentes formas e, posteriormente, discuti-los a partir de informações



já consolidadas cientificamente. Os autores afirmam que esse tipo de análise envolve três etapas: análise prévia do material; categorização com base nos dados; e interpretação. Essas etapas foram consideradas para análise dos dados gerados pelas pesquisas documental e de campo no presente trabalho.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentadas as iniciativas de RSA das quatro associações estudadas, seguidas da exposição dos principais problemas que marcam a região Oeste da Bahia no campo social, ambiental e econômico. Não foi interesse desta seção separar os problemas que foram apontados pelos agentes sociais entrevistados daqueles identificados nos documentos selecionados.

Figuram nos resultados, distribuídos nas áreas selecionadas para cada dimensão, apenas os problemas mencionados mais de uma vez no conjunto da pesquisa. Por fim, esboça-se as limitações da atuação responsável das associações a partir da análise comparativa entre ações e projetos realizados pelas associações estudadas e os problemas identificados.

5.1 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES/PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS DAS ASSOCIAÇÕES

Entre as iniciativas da AIBA, responsabilidade social, sustentabilidade, desenvolvimento integrado, sustentável e regional são termos que têm sido empregados com frequência pela associação para denominar o modelo de agronegócio ao qual se ocupa de implementar no Oeste baiano, ao longo de toda sua existência. As primeiras ações/projetos, entretanto, são registradas apenas 13 anos depois de sua constituição. Atualmente fazem parte de modelo de gestão socioambiental as seguintes iniciativas.

- Viveiro central de mudas nativas exóticas do cerrado/ caatinga: criado em 2003 com o intuito de produzir mudas nativas e exóticas do cerrado/ caatinga para o reflorestamento de áreas degradadas e/ ou em risco de degradação.
- Convenção Coletiva do Trabalho e aplicação da NR 31: a partir de 2006, com o propósito de estabelecer o diálogo com a classe de trabalhadores rurais e entidades públicas e privadas, para aprimorar a relação entre o trabalhador do campo e o produtor empregador e garantir que as normas de trabalho sejam devidamente aplicadas.

- Fundo para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bahia (FUNDESI): apresentado pela associação como a sua principal expressão de RSA, conta com a colaboração do Banco do Nordeste e tem como finalidade de financiar projetos socioambientais (inclusão social; educação, cultura e inclusão digital; programas de saúde preventiva; geração de renda, preservação e educação ambiental; defesa fitossanitária; agricultura sustentável) de instituições sem fins lucrativos da região, selecionadas por meio de edital.
- Plano Oeste Sustentável: atualmente substituído pelo Cadastro Estadual Ambiental Rural, apoiado pela associação desde 2009 com o objetivo de regularizar o passivo ambiental da região, sobretudo de áreas produtivas em toda a extensão do Rio São Francisco.
- Campanha LEM 100% Legal: proposta por entidades sociais e ambientais públicas e privadas do município de Luís Eduardo Magalhães em 2011, foi apoiada pela associação para restaurar áreas degradadas ou em risco no município.
- Campanha SOS Seca: iniciativa da Secretaria Estadual de Agricultura da Bahia, teve a colaboração da AIBA para o fornecimento de produtos (grãos e ração) para alimentação animal, contribuindo para minimizar os impactos sobre a produção e renda de agricultores de regiões da Bahia altamente prejudicados pela seca de 2012.

As duas últimas campanhas apoiadas pela AIBA, LEM 100% Legal e SOS Seca, também receberam a colaboração da ABAPA. A associação também demorou um tempo considerável para implementar suas primeiras ações/ projetos socioambientais. Apenas 10 anos depois de sua constituição é que se registraram as primeiras iniciativas. Atualmente são quatro os projetos vinculados diretamente à sua atuação socioambiental responsável.

- Projeto Alimentação: criado pela associação em 2010, com parceria do Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão (FUNDEAGRO) e da empresa Agrosul (autorizada John Deere), com o objetivo de aprimorar as habilidades de profissionais de cozinha e/ou qualificar interessados, como um meio facilitador de inserção no mercado de trabalho.
- Centro de Treinamento de Mecânicos: implementado pela ABAPA com apoio do



Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e da empresa Agrosul em 2010 para promover a capacitação e qualificação dos profissionais que trabalham com máquinas agrícolas nas diferentes culturas da região, criando condições para o máximo aperfeiçoamento técnico dos alunos, com divulgação e treinamento sobre as últimas novidades tecnológicas.

- Tecendo Cidadania: programa criado pela ABAPA com parceria do FUNDEAGRO em 2010 para promover a geração de renda por meio do resgate da prática cultural de tecelagem na região sudoeste da Bahia.
- Algodão Brasileiro Responsável (ABR): substituto do Programa Socioambiental da Produção de Algodão (PSOAL), criado pela Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA) e disseminado para as associações estaduais, visa incentivar o emprego de boas práticas sociais, ambientais e econômicas nas fazendas produtoras de algodão da região, por meio de um processo de certificação das propriedades interessadas.

A ACRIOESTE, ao contrário das outras três associações estudadas, não tem nenhuma ação/projeto socioambiental totalmente implementado. Em seus 17 anos de atuação, desenvolveu um único projeto, o Modelo para Pecuária Sustentável, que se encontra ainda em fase de diagnóstico. O projeto foi idealizado em 2012, em consórcio com a Fundação Solidaridad, organização sem fins lucrativos de origem holandesa, e prevê a realização do diagnóstico das dificuldades que a pecuária regional apresenta para a sustentabilidade social, econômica e ambiental, a fim de subsidiar o estabelecimento de medidas para minimizar esses problemas.

Quanto à ACIAGRI, conforme entrevista com o presidente da associação, o objetivo de sanar a necessidade de vendas disponibilizarem um local para seus clientes devolverem as embalagens vazias de agrotóxicos constitui-se, por si só, um trabalho de caráter socioambiental. Desde a sua constituição, a associação se envolve nos seguintes trabalhos.

- Central Campo Limpo: realiza o recolhimento, processamento, destinação e reciclagem das embalagens vazias de

agrotóxicos, reduzindo o impacto sobre o meio ambiente. É uma fonte de renda da região desde 2004, com três centrais de recolhimento (unidades de Barreiras, do Rosário e de Roda Velha) e três postos de recolhimento (Coaceral, Panambi e Campo Grande).

- Dia Nacional do Campo Limpo: projeto de autoria do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV), que definiu o dia 18 de agosto para comemorar a importância do trabalho da Central. É realizado desde 2008, com o intuito de ser um espaço de integração entre as centrais e diferentes agentes do agronegócio envolvidos no processo de recolhimento das embalagens vazias de agrotóxicos e da comunidade regional, informando sobre a importância ambiental e social de destinar corretamente as embalagens das áreas agrícolas.
- Cuidado e valorização do colaborador: medidas adotadas pela associação para aprimorar continuamente sua relação com o funcionário, investindo em segurança, qualificação e valorização, reduzindo a rotatividade e contribuindo para a geração e distribuição de renda na região. Incluem-se nesse rol o fornecimento de cesta básica, vale farmácia, concessão de empréstimos financeiros quando necessário e treinamento e aperfeiçoamento de conhecimentos.

5.2 PRINCIPAIS PROBLEMAS DAS DIMENSÕES SOCIAL, AMBIENTAL E ECONÔMICA DO OESTE BAIANO

Os problemas da dimensão social apontados por agentes sociais e levantados na pesquisa documental são expostos no Quadro 3. Os entrevistados foram unânimes em afirmar que todos os problemas relacionados à educação são decorrentes da má gestão pública. De igual modo, a gestão pública é a principal responsável pelos principais problemas nas áreas de saúde, habitação e segurança, ao negligenciar investimentos que deveriam ser prioritários para garantir o mínimo de qualidade de vida na região, afirma um dos entrevistados.

**Quadro 3 – Problemas da dimensão social identificados na pesquisa documental e de campo**

Categorias	Problemas
Saúde	Doenças por contato com veneno, desnutrição e alto índice de dependentes químicos e alcoólicos; má infraestrutura da rede de saúde pública (influência política nos hospitais e postos de atendimento, déficit de médicos, ineficiência da assistência preventiva, número insuficiente de unidades de atendimentos ambulatoriais, apenas uma unidade de emergência e superlotação nos hospitais de Barreiras).
Educação	Má qualidade da estrutura física e gestora escolar (falta de coordenadores e funcionários administrativos, falta de qualidade do transporte escolar, falta de quantidade suficiente de livros didáticos); má qualidade do ensino (alta rotatividade de professores, carência de professores com formação específica, profissionais da educação desvalorizados, falta de participação das famílias; alto índice de evasão escolar e falta de políticas para o ensino no campo).
Habitação	Falta de infraestrutura básica (crescimentos das cidades sem infraestrutura adequada, como estradas pavimentadas, esgotamento sanitário, energia elétrica etc., crescimento de áreas marginalizadas, lixões a céu aberto, maior parte das cidades e comunidades rurais com nenhum ambiente de lazer, ausência de meio de facilitação da circulação de pessoas com deficiência); alto custo de imóveis (alto número de apropriação indevida de terrenos públicos e/ou privados para construção de habitações e ocupação de áreas de risco).
Segurança	Alto índice de criminalidade (baixo policiamento em áreas periféricas urbanas e rurais, leis penais permissíveis, fragilidade na segurança de bancos e do comércio); infraestrutura precária (péssima qualidade dos equipamentos de trabalho para os agentes policiais e superlotação do sistema prisional) despreparo de policiais, desvalorização da classe, violência policial, e efetivo de policiais insatisfeitos com a remuneração.

Fonte: Elaboração própria.

O agronegócio aparece também como colaborador para a existência de problemas de saúde que afetam principalmente as comunidades rurais e estão associados ao uso de agroquímicos nas lavouras. Também foi mencionado como contribuinte para problemas nas áreas de habitação, em função do aumento da migração para a região, e para a má distribuição da renda, incorrendo na mesma medida em agravantes na área da segurança, aliado à baixa absorção de mão-de-obra pelo mercado regional.

As crianças, adolescentes e jovens da classe baixa foram apontados como os principais afetados pelas deficiências na área da educação, que se expressam principalmente em pequenos municípios da região. Nas demais áreas, os entrevistados afirmam que os problemas, que

variam de grave a muito grave, afetam principalmente a classe baixa e ocorrem na zona rural na mesma proporção que na zona urbana.

Quanto à dimensão ambiental, é possível observar que os problemas da região são tão diversos quanto a diversidade natural, conforme apresenta o Quadro 4. É unânime entre os entrevistados a assertiva de que são problemas de alto impacto, visto que se alocam entre a escala muito grave e grave. Outro indício que aumenta sua intensidade é o local de maior incidência, visto que quando não foram indicados como ocorrentes em toda a região, foram apontados como preponderantes nos municípios com predominância do bioma cerrado, de maior extensão no Oeste baiano e que concentra o maior número de habitantes.

Quadro 4 – Problemas da dimensão ambiental identificados na pesquisa documental e de campo

Categorias	Problemas
Uso dos recursos naturais	Impactos sobre o solo (desmatamento, queimadas, produção de carvão ilegal, intoxicação e “arenização” dos solos); impactos sobre os recursos hídricos (pesca predatória, assoreamento e poluição dos rios); práticas ilícitas (tráfico de agrotóxicos e tráfico de animais); desvalorização de produtos tradicionais (produção de comunidades tradicionais sem valor agregado e falta de canais de comercialização para produtos oriundos de comunidades tradicionais).
Biodiversidade da flora e fauna	Impactos sobre a fauna e flora (desaparecimento de espécies, uso indevido dos recursos naturais das áreas de proteção, caça, menor recarga dos aquíferos e baixa vazão e danificação)



	das veredas); má gestão das unidades de preservação e conservação existentes (inexistência de corredores ecológicos, poucas áreas de proteção e conservação, não-implantação do projeto de área degradada e unidades fragmentadas, descontínuas).
Práticas e técnicas de manejo	Má gestão do uso do solo (ocupação irregular do solo e intoxicação e “arenização” dos solos); má gestão dos recursos hídricos (irrigação sem manejo, assoreamento e poluição e extinção dos recursos hídricos); má gestão das áreas de proteção permanente (desaparecimento de espécies e exploração de áreas que deveriam ser protegidas).
Gerenciamento dos resíduos	Inexistência de saneamento básico e de mecanismos de tratamento do lixo (intoxicação dos solos e recursos hídricos, proliferação de doenças, uso de técnicas inadequadas de deposição de resíduos e presença de lixões com alto potencial de contaminação em todas as cidades); baixo incentivo a programas de reciclagem.

Fonte: Elaboração própria.

A pesquisa documental revelou que esses problemas já eram expressivos no final da década de 1990, demonstrando que as medidas aplicadas desde então, sobretudo por parte do poder público local, não foram suficientes nem eficientes para eliminá-los. De acordo com os agentes sociais entrevistados, os problemas das categorias pesquisadas estão diretamente relacionados à atividade do agronegócio. Expansão da monocultura, descumprimento da legislação, emprego de práticas inadequadas para o tipo de solo, existência de projetos de irrigação com critérios mínimos de manejo, mínima aplicação da prática de rotação de culturas, desvios de rios e zonas de mecanização localizadas em áreas de interesse para conservação foram mencionados várias vezes na pesquisa de campo, revelando a

forte participação do setor para a geração de um cenário ambiental insustentável na região.

Em relação à dimensão econômica, os resultados revelam que os problemas de geração de emprego, geração e distribuição de renda estão estritamente relacionados ao setor do agronegócio e afetam, sobretudo, a população de baixa renda, como descritos no Quadro 5. A falta de mão-de-obra qualificada é mais impactante e expressiva nos municípios da região com predominância do bioma cerrado. É preciso ressaltar que a falta de qualificação é relacionada, principalmente, ao trabalho na agricultura mecanizada. Dois entrevistados afirmaram que esse problema também é agravado pela falta de estímulo à geração de empregos em outras áreas da economia regional.

Quadro 5 – Problemas da dimensão econômica identificados na pesquisa documental e de campo

Categorias	Problemas
Emprego	Falta de incentivo à qualificação da mão-de-obra (baixo número de técnicos na região, subutilização da mão-de-obra local, desinteresse de grande parte dos trabalhadores locais e inexistência de políticas e ações sociais e privadas voltadas à qualificação); pouco estímulo à geração de empregos em outras áreas da economia regional.
Geração de renda	Não beneficia pessoas nativas (geração de renda não ocorre em benefício das pessoas nativas da região e crescimento da discrepância entre as classes sociais); oferta de emprego praticamente se concentra no setor agrícola (baixo incentivo para o trabalho autônomo); aumento do índice de pobreza, elevado por grande número de imigrantes que não conseguem emprego.
Distribuição de renda	Má qualidade dos serviços básicos; políticas assistenciais (manutenção dos índices de pobreza e inexistência de iniciativas do setor público para minimizar a desigualdade); concentração de renda e parte dela levada para fora (concentração nas mãos de uma minoria representada pelos grandes empresários, sobretudo do agronegócio).
Desenvolvimento e acesso à tecnologia	Má distribuição do acesso (grande número de analfabetos em tecnologia, que colaboram para o aumento do índice de desemprego e inexistência de centros especializados em formação tecnológica para a população pobre); baixo financiamento para pequenas empresas (desvalorização da produção artesanal por não empregar a tecnologia de ponta, inexistência de investimento em desenvolvimento de tecnologia no local e baixo financiamento para a inovação tecnológica para pequenas empresas).

Fonte: Elaboração própria.



A concentração de renda nas mãos de poucos, principalmente de empresários do setor, aliada à falta de políticas públicas que revertam essa situação, ao crescimento da imigração e ao que os agentes denominam de comodismo habitual, criam um cenário de exclusão social em toda a região, visível na má qualidade dos serviços básicos oferecidos à população e permissível por parte do Estado, tendo em vista a proliferação de políticas assistencialistas. Ademais, nota-se que os problemas relativos ao desenvolvimento tecnológico se configuram em mais um elemento de exclusão social, prejudicando tanto potenciais trabalhadores, como micro e pequenas empresas e negócios artesanais.

5.3 LIMITAÇÕES DAS AÇÕES E PROJETOS DAS ASSOCIAÇÕES FRENTE AOS PROBLEMAS DO OESTE BAIANO

Inicialmente, uma consideração importante a ser feita sobre as limitações das ações e projetos das associações é que, para grande parte dos agentes sociais entrevistados, muitos problemas atuais das três dimensões analisadas estão diretamente relacionados à atuação do setor do agronegócio. Sobre isso, Leff (2006, p. 415) diz que a forma de produção imposta por setores como a agropecuária reflete uma racionalidade econômica, “traduzindo-se em formas de superexploração e subutilização dos recursos potenciais”, o que gera impactos, como os apontados pelos entrevistados: má distribuição da renda gerada, aumento da pobreza, desaparecimento de espécies, poluição do solo e dos recursos hídricos etc.

Nesse contexto, que reafirma a necessidade de uma postura responsável por parte das organizações representativas do setor na região, é preciso salientar que todas as associações manifestaram preocupação em adotar medidas que minimizem os impactos de suas ações na sociedade. No entanto, verificou-se que as limitações dessas ações e/ou práticas responsáveis, considerando o diálogo com as demandas regionais, são tão expressivas quanto os benefícios gerados.

Quanto às limitações da dimensão social, é possível observar que nenhuma iniciativa apresentada pelas associações incorporam todas as temáticas que foram analisadas na dimensão. São contempladas apenas a área da saúde e segurança do trabalhador, enquanto que habitação e segurança são temas desconsiderados por todas elas. Taderka, Riedner & Bertolini (2013), em um estudo realizado com 52 agroindústrias brasileiras, revelaram um resultado similar em que apenas 15,69% delas realizavam ações voltadas à comunidade, como saúde.

A AIBA tem três projetos que contemplam essa dimensão: o Fundesis, a Convenção Coletiva do Trabalho e a aplicação da NR31. O Fundesis abrange a área de saúde e educação. De acordo com o gestor da associação, várias instituições que trabalham com a educação integral de crianças, adolescentes e jovens e promovem ações voltadas à prevenção de doenças foram escolhidas por editais em 2007, 2008 e 2012. No entanto, os processos burocráticos para acesso ao fundo, a distância das comunidades tradicionais da cidade de Barreiras, onde se localiza a sede do programa, e a dificuldade dos interessados se organizarem juridicamente, condição necessária para concorrer ao benefício, são fatores que limitam os benefícios do programa. A Convenção Coletiva do Trabalho e a aplicação da NR31 resguardam iniciativas do ponto de vista da saúde, mas apenas no que se refere à saúde ocupacional. As demais áreas da dimensão social não são beneficiadas por iniciativas da associação.

Quanto à ABAPA, suas ações beneficiam apenas a área da saúde, especificamente do trabalhador rural. O projeto Alimentação, segundo a gestora do programa, treinou alunos, a maior parte cozinheiros de fazenda, que receberam ensinamentos acerca de higiene culinária e qualidade nutricional na preparação de pratos. Já o programa ABR incentiva a adoção de práticas justas no tratamento do trabalhador rural, limitado às propriedades certificadas que tenham interesse e condições financeiras de participar.

De igual modo, o Modelo de Pecuária Sustentável, em curso pela ACRIOESTE, foca em boas práticas relacionadas ao cuidado com a saúde do trabalhador rural, e encontra-se em fase de diagnóstico. A ACIAGRI também tem um conjunto de políticas voltadas para o funcionário, que resguarda a saúde dos seus colaboradores, bem como investe na sua educação profissional. No entanto, as ações limitam-se ao ambiente interno da associação.

Com relação às limitações da dimensão ambiental, todas as associações dispõem de iniciativas que visam minimizar impactos sobre o meio ambiente. Esse resultado converge com os resultados encontrados por Taderka, Riedner & Bertolini (2013) e Carvalho, Vian e Braun (2011) que revelaram que, das dimensões da RSA, a ambiental é aquela que as empresas destacam em termos de preocupação e número de iniciativas. Apesar disso, as ações ainda não atendem à gravidade das questões que afligem a região.

Inicialmente é preciso enfatizar que a AIBA não tem nenhuma ação ou projeto voltado para a redução de problemas decorrentes da prática e manejo insustentável dos recursos naturais, nem para o gerenciamento dos resíduos sólidos na região e conservação da fauna e flora. Quanto às suas



ações, o viveiro central de mudas, a doação de mudas e a campanha Luís Eduardo Magalhães 100% Legal são ações esporádicas, isto é, não representam uma proposta de intervenção no longo prazo. As doações das mudas do viveiro dependem da existência de uma entidade interessada em fazer o replante, sem o registro de que áreas altamente impactadas tenham sido contempladas. O Plano Oeste Sustentável, por conta das dificuldades de efetivação do cadastramento das propriedades, não avançou para mitigar outras formas de descumprimento da legislação, como o emprego de práticas ilícitas no campo. Quanto ao Fundesis, os fatores que dificultam o acesso aos recursos do projeto, mencionados anteriormente, são limitadores também nessa dimensão.

A atuação da ABAPA, da mesma forma que a AIBA, não busca minimizar problemas de todas as áreas estudadas nesta pesquisa. Não há nenhuma iniciativa que atenda aos problemas de gerenciamento dos resíduos sólidos e conservação da biodiversidade da fauna e flora. Uma de suas duas ações/projetos de caráter ambiental é o apoio também à campanha Luís Eduardo Magalhães 100% Legal mas, como mencionado, trata-se de uma ação pontual, de curto prazo. O programa ABR aplica-se apenas aos cotonicultores da região que tenham interesse na certificação oferecida. As demais áreas e cotonicultores que não se interessem ou não tenham condições de investir na regularização da sua propriedade não são beneficiados pelo projeto. O programa Tecendo Cidadania, que investe na valorização da produção de tecelãs tradicionais, não se localiza na região; portanto, não a beneficia diretamente.

A ACRIOESTE não dispõe de nenhuma ação ou projeto ambiental efetivado até o momento, visto que seu único projeto de caráter socioambiental, o Modelo para Pecuária Sustentável, encontra-se em fase de diagnóstico, sem qualquer forma de intervenção realizada, além de destinar-se exclusivamente a pecuaristas.

As ações da ACIAGRI são destinadas exclusivamente à supressão da contaminação ambiental por embalagens de agrotóxicos. As duas iniciativas da associação – Centrais Campo Limpo e Dia Nacional do Campo Limpo – são de extrema relevância para a região frente à gravidade da contaminação dos solos e recursos hídricos por meio das embalagens de agrotóxicos. No entanto, de acordo com o gestor da associação, a distância de algumas fazendas até os pontos de coleta e tratamento impede o perfeito desempenho das centrais. Além disso, não há iniciativa por parte da ACIAGRI que foque nas demais problemáticas ambientais.

No que diz respeito às limitações da dimensão econômica, diferentes questões são

enfrentadas pelas associações como derivadas de ações e projetos de suas atuações responsáveis – entretanto, de modo restrito frente às gravidades das problemáticas.

Na AIBA, o Fundesis é uma importante iniciativa de inclusão socioeconômica, pois gera empregos com o desenvolvimento dos projetos e, por extensão, novas fontes de rendas, além de contribuir para a redução do impacto causado pela má qualidade dos serviços básicos (educação, saúde, transporte, lazer etc.). No entanto, como já abordado, há fatores que dificultam o acesso ao fundo, restringindo os benefícios por ele gerados. A campanha SOS Seca, que também é apoiada pela ABAPA, trouxe igualmente contribuições com relação à de renda, buscando a manutenção de receita dos agricultores afetados pela seca de 2012, sem gerar novas fontes de renda, além de se constituir uma ação pontual.

A ABAPA se sobressai dentre as associações investigadas quanto ao trabalho realizado na qualificação da mão-de-obra, problema mais expressivo para a geração de emprego. Apesar dos benefícios expressivos das ações, elas não conseguem abarcar as demais problemáticas, como distribuição de renda e acesso à tecnologia. Os projetos Alimentação e Centro de Treinamento de Mecânicos desempenham papéis de importante impacto na capacitação de funcionários que trabalham com a alimentação e operação e manutenção de máquinas agrícolas, além de disponibilizar esses serviços à população da região que queira se qualificar em profissões com alto potencial de absorção no mercado. Contudo, a associação não apresenta ações que incentivem a contratação de pessoas nativas da região, nem dos capacitados em seus projetos por outros segmentos da economia regional que não o do agronegócio. De igual modo, o projeto Tecendo Cidadania também oferece à população serviço de capacitação, habilitando mulheres ao trabalho na tecelagem, criando ao mesmo tempo oportunidades de trabalho para aquelas que se formam. Porém, o projeto não atende às demandas do Oeste baiano.

É possível ver que grande parte das ações das associações representam iniciativas pontuais e temporárias, como o apoio ao programa Luís Eduardo 100% Legal, ao SOS Seca e à prática de doações. A pesquisa de Carvalho, Vian e Braun (2011) traz um resultado similar, apontando que quatro das cinco organizações que participaram do estudo “ainda confundem filantropia com responsabilidade social empresarial” (p. 189) ao associarem as suas ações de RSA à estratégia empresarial,

Segundo Tenório (2006, p. 28-29), apesar da importância de ações que se configuram como assistenciais ou filantrópicas, isto é, “[...]”



caracterizada[s] como uma ação social de natureza assistencialista, caridosa e predominantemente temporária [...] elas não podem nem devem eximir a empresa de suas responsabilidades”. Na perspectiva do autor, essas ações não atendem à proposta de RSA sustentável, não desmerecendo, entretanto, a importância delas para a região.

Partindo da concepção de Ashley (2005) de que a RSA requer das organizações maior participação local, respeito ao ambiente e promoção de ações sustentáveis com relação aos públicos envolvidos, a AIBA e a ABAPA têm conseguido atender, dentre as associações estudadas, um maior número de demandas da comunidade regional, apesar das práticas filantrópicas. Entretanto, fatores que inviabilizam o amplo acesso aos benefícios das ações, como ocorrem no caso do Fundesis, Plano Oeste Sustentável e programa ABR dificultam o desenvolvimento da atuação responsável organizacional.

Para Goldstein (2007), esse tipo de limitação está associado à elaboração do projeto da iniciativa, que em muitos casos deixa de realizar o diagnóstico do problema a ser tratado e de estabelecer possíveis parcerias estratégicas que viabilizem a concretização eficiente da proposta. Um importante diálogo não efetivado é entre as associações e o poder público local.

Também foi possível constatar que a maior parte dos problemas relacionados à mecanização da agricultura na região, como a “arenização” dos solos, o assoreamento e a poluição dos rios, o tráfico de agrotóxicos e a inexistência de corredores ecológicos não estão contemplados nas principais ações e projetos socioambientais das associações.

Na perspectiva de Ashley (2005), isso se configura como um fator limitador expressivo, pois a autora afirma que, diante da complexidade que envolve a ideia de RSA, que pode abarcar um vasto número de práticas socioambientais, é crucial que as iniciativas deem conta, previamente, dos efeitos nocivos de suas operações, que envolvem tanto os impactos diretos, como as consequências que afetam indiretamente as partes interessadas.

Frente às limitações averiguadas, a falta de diagnóstico sobre as demandas mais urgentes do local é um fator que se sobressai, pois impossibilita a adoção de medidas responsáveis que contemplem problemáticas que realmente são centrais para o local, priorizando, em muitos casos, as que trazem maior visibilidade para a organização. Mais uma vez, enfatiza-se a necessidade do mapeamento das questões que devem, em um determinado momento, receber a atenção e os recursos da organização, sem deixar de estabelecer um diálogo das iniciativas com as suas estratégias e com outras organizações, aumentando seu grau de sucesso e longevidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu perceber que a matriz de problemas da região revela a diversidade e a gravidade dos impactos sociais, ambientais e econômicos que marcam o local desde a década de 1990. De um lado concentra-se o polo economicamente desenvolvido e, de outro, a população excluída desse processo que afeta diretamente a participação e a eficiência das políticas públicas destinadas à região. A colaboração do segmento do agronegócio para a resolução dessas deficiências é apontada por todos os agentes sociais entrevistados, bem como pelos relatos dos documentos investigados.

Quanto à análise das limitações da RSA das associações frente às demandas econômicas, sociais e ambientais da região, adotou-se como conceito de atuação responsável as iniciativas resultantes de todas as formas de interação da organização com o meio em que está inserida e que contribuam em alguma medida para propor soluções que sejam sustentáveis para a sociedade. Ficou claro que implementá-las implica na capacidade de manter o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, com a garantia da qualidade de vida, e preservação e/ou conservação dos recursos naturais, de forma integrada.

Os resultados demonstraram que, em relação às iniciativas socioambientais implementadas, todas as associações desenvolveram as primeiras ações apenas após dez anos de sua atuação na região, mesmo com as discussões sobre sustentabilidade já consolidadas quando as mesmas foram criadas. Houve, portanto, um processo de engajamento para uma atuação socioambiental responsável retardatária.

Quanto às limitações, percebeu-se que nenhuma das associações tem iniciativas que atendam aos problemas de todas as dimensões analisadas. Especificamente no caso da ACRIOESTE, não há nenhuma ação ou projeto efetivado até o momento, apesar de representar o segmento do agronegócio mais antigo da região e de ter um impacto muito grande sobre o meio ambiente e, por extensão, nas demais dimensões.

O meio ambiente é o mais beneficiado pelas iniciativas das associações ABAPA e AIBA, mas com uma série de limitações ao se concentrarem em práticas de caráter filantrópico, pontuais e programas que têm dificuldades de chegar ao público mais afetado. Há ainda a ausência de ações para mitigar a ocorrência de práticas ilegais, incentivar a economia tradicional e adotar técnicas e práticas de manejo sustentáveis, bem como participar de medidas de conservação e proteção. No que se refere ao gerenciamento dos



resíduos, apenas a ACIAGRI tem projeto, sendo ele o de maior impacto positivo.

Quanto aos problemas econômicos, aqui também se verificou um grande número de projetos e ações que se propõem a atendê-los. No entanto, não atendem ao público mais afetado. Algumas iniciativas são assistencialistas e de cumprimento da legislação, e não se constatou qualquer forma de articulação do setor com outras entidades e organizações para a promoção de investimentos sociais. Todas as iniciativas da dimensão social, com exceção do Fundesis, são da área de saúde e, mais especificamente, voltadas ao trabalhador rural.

Reveste-se de relevância considerar ainda que, estando uma parte considerável dos problemas identificados na pesquisa diretamente relacionados à atuação do agronegócio, o que o torna diretamente responsável pelo seu tratamento, a capacidade de intervenção das associações sobre essas questões está condicionada à própria forma de desenvolvimento que tem subsidiado o expressivo desempenho do setor na região. Isso pode ser o grande desafio para que cumpram sua RSA.

A partir dos resultados obtidos e como contribuição desta pesquisa, é possível afirmar que a abordagem atual de RSA como aquela que orienta a gestão organizacional para o diálogo com as exigências da sociedade, nas suas dimensões econômica, social e ambiental, configura-se como uma vertente de atuação capaz de trazer para o rol de centralidades dos negócios questões historicamente menosprezadas na relação organização-sociedade. A partir dessa perspectiva, sugere-se aos gestores das associações do agronegócio que participaram deste estudo uma revisão dos modelos de atuação socioambiental adotados a partir do diagnóstico das demandas das dimensões sociais, ambientais e econômicas da região Oeste da Bahia, elencando aquelas que se apresentam como urgentes e diretamente relacionadas às suas atividades.

Recomenda-se ainda que, no processo de implementação das medidas socioambientais (definição de ações, desenvolvimento das medidas e revisão do modelo), o diálogo com agentes sociais seja estabelecido, a fim de viabilizar a formação de parcerias que garantam às iniciativas resultados que extrapolem o benefício de grupos isolados. Desse modo, a RSA se diferenciaria de ações exclusivamente de caráter assistencial, promovendo o desenvolvimento sustentável do local alinhado ao desempenho econômico dos negócios. Por fim, deseja-se ressaltar que, embora se tenha percorrido os caminhos propostos para se chegar a uma ideia das limitações e desafios encontrados pela temática da RSA no campo do agronegócio da região Oeste da Bahia, o campo encontra-se carente e aberto a diversas indagações e possibilidades.

REFERÊNCIAS

- ABAPA – Associação Baiana dos Produtores de Algodão (2013). *Responsabilidade social*. (Website). Barreiras. Retrieved from: <<http://www.abapaba.org.br/responsabilidade-social/>>. Acesso em: 22 fev. 2013.
- _____. (2013). Fundesis. *Edital público para apresentação de projetos 01/2013*. Barreiras, 2013. Retrieved from: <<http://www.aiba.org.br/fundesis/>> Acesso em: 21 mar. 2013.
- ACIAGRI – Associação do Comércio de Insumos Agrícolas. (2013). *Quem somos*. (Website). Luís Eduardo Magalhães. Retrieved from: <<http://www.aciagri.com.br/quemsomos.php>>. Acesso em 17 fev. 2013.
- ACRIOESTE – Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia (2012). *Institucional*. (Website). Barreiras. Retrieved from: <<http://www.acrioeste.org.br/index.php?id=quemsomos>>. Acesso em: 18 jul. 2012.
- AIBA – Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (2012). *Anuário região oeste da Bahia safra 2011/2012*. Barreiras.
- Aligreri, L., Aligreri, L. A. & Kruglianskas, I. (2009). *Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade no negócio*. São Paulo: Atlas.
- Ashley, P. A. (coord.) (2005). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. (2a ed.). São Paulo: Saraiva.
- BACEN – Banco Central do Brasil (2012). Economia baiana: estrutura produtiva e desempenho recente. *Boletim Regional do Banco Central do Brasil*. 6 (3), 83-90. Brasília.
- BNB – Banco do Nordeste S.A. (2001). *Documento referencial do pólo de desenvolvimento integrado oeste baiano*. Retrieved from: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/rede_irrigacao/Docs/Documento%20Referencial%20do%20Polo%20Oeste%20Baiano.PDF>. Acesso em: 10 fev. 2011.



- Carroll, A. B. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: toward the Morai management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, 39-48.
- Carvalho, E. R., Vian, C. E. F. & Braun, M. B. S. (2011). A inserção da responsabilidade social no setor sucroalcooleiro: motivações e benefícios do comportamento socialmente responsável no setor. *Informe Gepec*, 15(2), 155-190.
- Collis, J. & Hussey, R. (2005). *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação* (2a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Dahlsrud, A. (2006). How corporate social responsibility is defined? An analysis of 37 definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 15(1), 1-13.
- DERBA – Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (2005). *Elaboração do projeto de macrozoneamento agroecológico do oeste baiano* - Relatório final. Salvador.
- Dias, R. (2012). *Responsabilidade social: fundamentos e gestão*. São Paulo: Atlas.
- Goldstein, I. S. (2007). *Responsabilidade social: das grandes corporações ao terceiro setor*. São Paulo: Ática.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Censo demográfico 2010*. Retrieved from: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 24 mai. 2013.
- INGA – Instituto de Gestão das Águas e Clima do Estado da Bahia (2010). *Projeto Oeste: Proteção das águas nas sub-bacias hidrográficas do rio Grande, do rio Corrente e a margem esquerda do rio Carinhanha - Tomo I Documento Diagnóstico*. Salvador.
- Kreitlon M. P. (2012). McMoral, iPolítica, Cidadania wireless: reflexões para o ensino e a pesquisa em RSE no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, 16(2), 271-289.
- Leff, E. (2006). *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Tradução: Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Pinto, F. R., Lemos, A. Q., Rocha, J. A. & Ferreira, J. W. C. (2010). A percepção de empresários do setor de agronegócio sobre as práticas de responsabilidade socioambiental. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 6(2), 73-96.
- Santos, C. C. M. (2008). Os cerrados da Bahia sob a lógica do capital. *Revista Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, 2 (1), 76-108.
- SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (2013). *Diálogos territoriais: construindo a Bahia com a voz de todos*. Território Bacia do Rio Grande, Salvador.
- SEPLANTEC – Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia. (1997). Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). *Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS: Oeste da Bahia*. Salvador.
- SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2009). *Estatística dos municípios baianos*. Salvador: SEI. 3. Retrieved from: <http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/sumario/estatisticas_municipios/sumario_est_mun_2009_v3.pdf> Acesso em: 04 dez. 2010.
- Taderka, G., Riedner, L. N. & Bertolini, G. R. F. (2013). Responsabilidade social: a postura das empresas agroindustriais com seus fornecedores. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GEAS*, 2(1), 26-44.
- Tenório, F. G. (org.) (2006). *Responsabilidade social e empresarial: teoria e prática*. (2. ed.). Rio de Janeiro: FGV.
- Uddin, M. B., Hassan, M. R. & Tarique, K. M. (2008). Three-dimensional aspects of corporate social responsibility. *Daffodil International University Journal of Business and Economics*, 3(1), 199-212.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (3a ed.). Porto Alegre: Bookman.